

OPINIÃO

ISS nas operações com cartões de débito e crédito

Graciela Beatriz Carpio

No final de 2011, a Secretaria da Fazenda Estadual (Sefaz) firmou convênio com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), possibilitando a troca de informações entre Estado e municípios relativamente às movimentações financeiras e operações realizadas pelas empresas de cartões de crédito e débito. Com base nessas informações, desde o ano de 2012, temos notícia de que algumas prefeituras estão pretendendo cobrar, dos estabelecimentos comerciais, o ISS sobre os valores que lhes cabem, a título de comissão, recebidos em decorrência da utilização, pelos seus clientes, de cartões de débito e crédito para pagamento das suas compras. Registra-se que o procedimento que vinha sendo até então adotado era o de considerar como devido o imposto, pelas administradoras de cartões, ao município onde a mesma possui a sua sede.

Não obstante ser efetivamente devido o ISS, a questão que se discute consiste em saber qual o município é competente para

realizar a cobrança do imposto, ou seja, quem efetivamente é o credor do tributo.

De um lado, as prefeituras alegam que a cobrança do ISS compete ao município onde o serviço foi prestado, e não àquele onde a empresa tem sua sede. Com base nesse entendimento e nas informações prestadas pela Sefaz, agentes fiscais municipais têm lavrado autos de infração contra lojistas, tomando por base de cálculo a comissão cobrada sobre as transações de crédito e débito com cartões. De outro lado, os lojistas defendem que o imposto deve ser cobrado no município onde as operadoras de cartões de crédito e débito tem a sua sede, como ocorria até então.

A questão é polêmica, pois, embora a lei indique que credor é o município da sede da empresa administradora, o Poder Judiciário não tem se mostrado uniforme na interpretação da legislação, persistindo dúvidas na caracterização do que é o "local da efetiva prestação do serviço" e, por conseguinte, o município competente para cobrar o tributo.

Nos casos em que há justifica-

da dúvida sobre qual é o efetivo credor e, portanto, a quem deve ser recolhido o imposto, o Código Tributário Nacional (artigo 164, inciso III) indica que o procedimento a ser adotado pelo contribuinte é o ajuizamento da ação de consignação em pagamento. Dita ação judicial ocorre em duas etapas: a primeira, com o ingresso da ação, depósito do valor e citação dos potenciais credores; a segunda, quando os municípios citados irão disputar, entre si, o direito de receber, ficando o contribuinte, a partir de então, fora do embate judicial.

Assim, havendo efetiva dúvida sobre quem é o credor (ou credores) do ISS em questão, justifica-se o ingresso da ação consignatória, para que o contribuinte possa liberar-se da obrigação tributária contra os municípios nos quais há operações com cartões de débito e crédito, e para cessar, em relação a ele, a incidência de correção monetária, juros e multa, sobre os valores devidos e consignados.

Na ação de consignação em pagamento, ao contrário do que sucede em outras espécies de ações, o contribuinte não se

"A questão é polêmica, pois, embora a lei indique que credor é o município da sede da empresa administradora, o Poder Judiciário não tem se mostrado uniforme na interpretação da legislação, persistindo dúvidas"



CCA/DIVULGAÇÃO/JC

insurge contra a exigência fiscal, propriamente dita. Ele admite a obrigação tributária, porém não sabe para quem recolher. Assim, por ter efeito liberatório para o contribuinte, os valores depositados na consignatória não podem receber o mesmo tratamento que é dado ao depósito efetuado como mera garantia do crédito tributário, enquanto

se discute a exigibilidade do tributo (artigo 151, inciso II, do CTN), devendo, dessa forma, ser considerados, como despesas dedutíveis, para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ/CSLL.

**Advogada e contadora
na CCA Bernardon
Contadores e Advogados**